

MARXISMO E A CRISE DO NEOLIBERALISMO DIANTE DA PANDEMIA DO COVID-19¹

O filósofo e professor J. C. Marçal (DECISO - UFRPE) realizou uma entrevista com o sociólogo e professor da UFRB, Diogo Valença. A partir da crise mundial ocasionada pela pandemia do covid-19 e diante da clara demonstração de incapacidade do capitalismo globalizado neoliberal em atender as novas demandas sociais surgidas a partir da referida crise, tornou-se imperioso pensar as ideologias do capitalismo, suas políticas públicas e a dimensão atual de sua economia-política. Seguindo uma perspectiva marxista para dar resposta a essa crise, a entrevista procurou mapear os espectros ideológicos envolvidos no combate ao covid-19, rever uma alternativa marxista para a facticidade contemporânea e visualizar a situação do Brasil em meio à crise mundial.

O professor Diogo Valença possui graduação em Ciências Sociais (2001), mestrado em Sociologia (2004) e doutorado em Sociologia (2009) pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Realizou estágios pós-doutorais no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basileia, nesta última como bolsista CAPES - Proc. no BEX 10774/13-0. Desenvolve pesquisas nos campos da teoria sociológica, da sociologia do conhecimento e da sociologia do desenvolvimento, com foco no pensamento social latino-americano e brasileiro, nas relações raciais e de classes. Possui artigos em torno das obras de cientistas sociais latino-americanos como Florestan Fernandes e Rodolfo Stavenhagen, sobre as ciências sociais em Moçambique e exploração do trabalho nas minas sul-africanas e, mais recentemente, vem desenvolvendo pesquisas sobre a sociologia de Wright Mills e suas interfaces com a América Latina.

1. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

ENTREVISTA COM O SOCIÓLOGO DIOGO VALENÇA

JC: O século XXI se iniciou com o crescimento, no mundo inteiro, de políticos de extrema direita e um discurso neoliberal agressivo. O capitalismo globalizado ganha, cada vez mais, contornos neoliberais. Para além de Hayek e Friedman, os neoliberais brasileiros se inspiram na Escola Austríaca - principalmente nas teorias de Mises - e no discurso de Paulo Guedes. Como o senhor vê o momento atual brasileiro - com políticas neoliberais de sucateamento do Estado - diante das demandas sociais surgidas com a pandemia do covid-19?

Para responder à questão, gostaria de situar um pouco a perspectiva política na qual me coloco e isso tem muito a ver com as leituras que venho fazendo nos últimos tempos, no campo da teoria da dependência, construída por pensadores marxistas latino-americanos, dentre os quais gostaria de destacar os nomes de Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Esses autores possuem uma produção teórica de peso, que procura situar a particularidade brasileira nos quadros mais gerais da dinâmica imperialista internacional, num movimento de análise que apanha a interação dialética entre o político e o econômico, sem desprezar outras dimensões, como a cultura e a ideologia. Um pensador como Florestan Fernandes questionava o próprio uso da expressão neoliberal, apontando que as condições históricas que criaram o liberalismo já estão superadas, então como seria possível falar de “neoliberalismo”? Embora eu concorde com essa opinião do Florestan, acho que o neoliberalismo emerge com uma forte dimensão ideológica, capaz de hegemonizar vários setores da sociedade, em especial as chamadas classes médias (uma noção sociológica às vezes muito imprecisa e uma ficção útil para mascarar concepções políticas conservadoras e mesmo reacionárias, como vemos atualmente aqui no Brasil), e alimenta um senso-comum muito difícil de combater porque se tornou algo enraizado no modo de vida das pessoas, pois estas estão constantemente lutando pela sobrevivência e isso cria um forte individualismo. Na mídia televisiva hegemônica, por exemplo, escutamos os comentaristas políticos e de economia repetirem “o mercado isso, o mercado aquilo”, “o mercado reagiu mal”, “o mercado aprovou tal decisão política” etc. Ou seja, o mercado se tornou um ser sobrenatural mais poderoso do que a própria humanidade e isso é reproduzido com um ar de certeza científica irrefutável. A ideologia não apenas inverte a realidade, mas a distorce. O neoliberalismo não funciona em lugar nenhum do mundo e, mesmo se formos nos ater às premissas dos seus argumentos, pois o chamado Estado mínimo, a livre iniciativa do mercado, os ajustes monetários, as contrarreformas fiscais cada vez mais regressivas etc., todas as suas medidas são tomadas a partir do recrudescimento da violência institucionalizada do Estado capitalista-burguês e da colonização da esfera pública, dos organismos estatais, pelos setores privatistas

da sociedade civil. Ou seja, há uma apropriação do público pelo privado, que sempre está relacionada à apropriação privada das riquezas e do tempo de trabalho não-pago pelo capital. O Estado não é mínimo de jeito nenhum, pois se trata de uma estrutura que sustenta a exploração. De modo que, como ideologia, o neoliberalismo torna realidade um mundo fantástico em que o mercado ganha vida e o dinheiro se transforma no dínamo que movimenta toda a nossa existência, fazendo crer que tudo isso se consegue com a ausência do Estado. Precisamos combater, nas várias frentes, essa ideologia, mas uma ideologia não se combate apenas no plano das ideias. Seria preciso construir, junto com isso, novas formas de sociabilidade, que sejam capazes de romper com tal alienação individualista e utilizo o termo alienação aqui como estranhamento, dentro da tradição filosófica e humanista do marxismo. Uma nova sociabilidade se constrói na prática política emancipatória e isso vi de alguma forma nos movimentos sociais. Já estive algumas vezes na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, que considero uma verdadeira universidade popular e lá a divisão de tarefas entre os militantes que estão passando por alguma formação é igualitária. Um grupo cuida da comida, outro cuida da limpeza e todos possuem tarefas. Todas e todos também estudam arduamente. Isso é uma concepção socialista, a da abolição da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Neste momento de pandemia, o MST está doando toneladas dos alimentos que eles mesmos produzem para a população, não como caridade, mas como um novo modo de vida que se sustenta numa proposta alternativa de produzir e distribuir a riqueza criada pelos próprios trabalhadores. A mercadoria é um modo de vida e constitui a base da ideologia capitalista, por isso é tão difícil combater essa ideologia, porque, mesmo quando somos críticos a ela, vivemos num mundo individualista e acabamos por reproduzir esses particularismos mesquinhos.

Dito isso, eu acho que tais características gerais, presentes nessa difusão hegemônica do neoliberalismo, fazem parte em maior ou menor grau da realidade dos países submetidos ao receituário e às ideologias neoliberais, ao poder do capital financeiro parasitário e, no Brasil e em outros países subordinados, isso é ainda pior, pois somos uma nação capitalista dependente, subdesenvolvida e de origem colonial. Isso quer dizer que, além das condições gerais de todos os países neoliberais, temos que lidar com condições históricas particulares e mais específicas. É certo que se você pega os teóricos marxistas da dependência, cujos trabalhos de maior peso se concentram na década de 70, temos aí uma análise de como fatores externos, associados ao imperialismo, se combinam com a dinâmica interna das classes sociais numa interação dialética e isso cria uma situação que Florestan Fernandes chamava de “capitalismo dependente”, a qual se caracteriza pela superexploração do trabalho nas periferias do sistema e pela dupla espoliação de seu povo, pelas burguesias internas e suas elites (elites brancas das classes dominantes, como diria Florestan) que jamais vão abrir mão de seus luxos e privilégios, e pelas burguesias

externas, associadas ao capital financeiro, aos grandes conglomerados internacionais. Por assumirem uma perspectiva socialista coerente e revolucionária, pensadores como Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini se aproximam bastante: uma categoria comum aos dois, por exemplo, seria a de superexploração e ambos incorporam e trabalham as teorias marxistas do imperialismo. Mas a própria teoria marxista da dependência não é estática. Ela precisa de uma atualização e isso já tem sido feito por intelectuais vinculados à luta política. O MST tem se dedicado, por exemplo, a recuperar o pensamento do Marini e utiliza sua perspectiva nas batalhas travadas pelo movimento. Mas gostaria de citar também um trabalho que considero uma atualização bastante refinada e teoricamente muito consistente da teoria da dependência, que é o livro de Carlos Eduardo Martins, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Se formos recuperar o pensamento dos teóricos marxistas da dependência para entender o momento atual, temos que fazer esse esforço de ir além deles porque a própria realidade se transformou e podemos ver que, no caso dos setores burgueses internos vinculados ao capital parasitário, ao capital fictício (aquela fração do capital financeiro que não participa da produção da mais-valia, mas dela se apropria e abocanha um grande pedaço), dificilmente poderíamos caracterizá-la como uma burguesia nacional, mesmo que pró-imperialista. Essa burguesia já perdeu todo e qualquer vínculo nacional, exceto o de uma relação instrumental com o Estado brasileiro para defender seus interesses neocolonialistas. E isso alimenta, nesse setor de classe e nos seus funcionários subalternos, que se vinculam às chamadas classes médias, conservadoras e reacionárias, uma personalidade de tipo patológico, particularista ao extremo e indiferente à situação do outro, do negro, da mulher, das pessoas LGBT, do pobre, do índio, do trabalhador, dos sem eira nem beira, dos sem-teto, dos condenados da terra etc. A violência política no Brasil tem se manifestado contra todas essas identidades populares de luta e resistência e isso é algo que não conseguimos extirpar até hoje, uma violência política ainda muito presente. 17 de abril é a data do massacre de Eldorado dos Carajás. Li o livro do jornalista Eric Nepomuceno sobre esse episódio de violência, tendo sido, para mim, muito difícil ler o que estava escrito.

Dadas essas nossas raízes históricas, que se reproduzem no tempo presente em novas roupagens, e as características estruturais do capitalismo dependente, nunca acreditei que a “autocracia burguesa”, o fascismo que temos incrustado na estrutura do nosso Estado capitalista-burguês, imperializado, estivesse morta e ela cobraria um preço alto. Se vocês conhecem *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, vão perceber como ele caracteriza o modelo autocrático burguês de transformação capitalista e a própria estrutura da dominação burguesa no Brasil. A essência de nosso Estado é muito violenta porque vivemos numa “sociedade civil não civilizada”, que sustenta uma democracia dos mais iguais, uma “democracia restrita”, estrutura que articula formas modernas e arcaicas de

dominação para garantir a defesa dos interesses das elites brancas das classes dominantes. Isso não acabou com a Nova República, embora tenhamos que reconhecer os avanços das lutas sindicais e dos movimentos sociais, até mesmo na resistência para aprovar a Constituição de 1988, hoje rasgada pelos setores golpistas. Apesar do respiro que tivemos com os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores - e posso dizer que apoiei o partido, porque se não votava nele no primeiro turno, no segundo turno sempre terminei votando, mas conseguia perceber, com base no estudo dessa literatura sobre o capitalismo dependente, que um retrocesso conservador no Brasil não estava descartado e isso afirmei num artigo que foi publicado em 2011 numa Conferência do IPEA, "Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural" - achava difícil que, dada a ultraconcentração de riquezas no país e, sem que isso fosse corrigido, os avanços conquistados fossem mantidos. Lamento amargamente que estamos numa situação de ofensiva neofascista, com riscos reais de um endurecimento maior do cenário político nacional pelas mãos de uma lumpenburguesia raivosa. Mas essa é uma característica permanente do capitalismo dependente e caberia quebrar essa estrutura de classes ultraconcentradora das riquezas, do prestígio social, da cultura e do poder para termos a possibilidade de construir uma nação mais justa e igualitária. O que eu via em 2011, no texto que mencionei, é que a autocracia burguesa estava se movimentando de alguma forma e um dos focos de tensão disso era a luta em torno das comissões da verdade. Percebia aí que o Estado burguês nunca abriria mão de sua reserva última de poder, que seria o uso da violência institucionalizada do Estado, ou pelo menos de sua ameaça potencial, para tentar manter no seu lugar as massas populares, os trabalhadores, os movimentos e partidos de esquerda. Escrevi um artigo sobre isso, a respeito desses impasses da comissão da verdade e tentando mostrar como isso tinha profundas relações com a violência histórica da sociedade brasileira, racista e de origem escravocrata. Tanto é que hoje estamos vivendo uma democracia fictícia tutelada manu militare. A fração mais aberta e declaradamente fascista-miliciana aparentemente está mais isolada, mas ainda recebe o respaldo da junta militar que a cerca (estou me referindo ironicamente ao gabinete de ministros militares que participam do governo, não devendo esquecer que o Ministro da Defesa e os comandantes-em-chefe das três armas saudaram explicitamente o golpe de Estado de 1964) e não sei se os militares que embarcaram nessa farsa histórica agora poderão descer do barco, ou seja, vão ter que segurar o cão feroz deles até encontrarem uma solução mais confortável, talvez esperando o mandato completar dois anos, para endossarem o impeachment e o general Mourão poder assumir efetivamente; o setor mais tradicional da direita percebeu há muito tempo que Bolsonaro e seus filhos são um fator constante de instabilidade, que prejudica seus negócios. Mas não tenho ilusões de que mesmo essa direita tradicional - que se alinha com Bolsonaro na aprovação da contrar-

reforma da previdência e no ataque aos direitos sociais e trabalhistas - prefere entregar o país a um aventureiro do que aceitar mesmo o retorno de uma esquerda mais moderada, de centro. Lula não propôs nenhuma ruptura, nenhuma revolução, e sempre procurou conciliar, negociar com os partidos conservadores. Não é exatamente uma crítica a Lula e ao PT, mas foi simplesmente o que aconteceu. Não atribuo a culpa do Golpe de 2016 aos erros do PT, pois esta é uma maneira muito simplista de ver as coisas, e muitos intelectuais de esquerda tecem tais críticas, pressupondo que uma tática e estratégia mais consequentes teriam criado uma base popular capaz de barrar ou impor uma resistência mais tenaz contra a ofensiva das direitas, que conseguiram se unificar antes da deposição da Presidenta Dilma Rousseff. Reduzir tudo aos erros do PT é desconsiderar que a história não se faz com um partido ou uma pessoa. O fato, porém, é que o PT foi o único partido à esquerda com forte perspectiva eleitoral, dada a figura de Lula e sua presença popular. Por outro lado, as alianças com partidos tradicionais, primeiro com o PL, no qual havia se filiado José Alencar e depois com o PMDB, sendo Temer o vice de Dilma, também foram um fator decisivo para abrandar a imagem de radicalismo do PT e alcançar a vitória eleitoral. Vamos considerar a hipótese de que o PT tivesse tido uma radicalização à esquerda antes, durante e depois da sua primeira conquista presidencial. Conhecendo a história política brasileira, isso seria um fator de acirramento do golpismo das forças de direita e a conciliação teria se esfacelado mais cedo. O único meio de resistir a isso teria sido buscar apoio nas camadas populares e no conjunto das classes trabalhadoras. O que se critica no PT, hoje, é que a atuação parlamentar e no executivo se distanciou de um processo de conscientização política. O pobre teve ganhos, conseguiu melhorar de vida, viu seus filhos ingressarem na Universidade, mas isso foi feito sem uma adequada conscientização política (prefiro falar de autoconsciência, pois esta deve ser construída pelos próprios trabalhadores e pelas camadas populares no processo de luta; quando falamos de conscientização, estamos pressupondo que alguém sabe mais e irá conscientizar os outros e acredito num projeto autopedagógico coletivo no qual já se comece a abolir as distinções de classe, os racismos, machismos etc.). O que eu acho problemático seria reduzir tudo ao PT, à sua política de alianças e, de certa forma, à sua adesão à política econômica neoliberal. Embora isso seja verdade, nenhum partido atua como demiurgo do real e qualquer outro caminho mais radical que se tivesse seguido antes teria desatado reações contrárias em outros conjuntos de forças sociais, à direita. A pergunta para se fazer à época seria se teríamos base social ampla para barrar as forças golpistas e se muitos críticos de esquerda do PT estavam na linha de frente para ajudar a organizar a luta. Acredito que em alguns momentos podemos ter perdido uma oportunidade histórica, mas isso agora ficou no passado.

Não estou dizendo, por isso, que tais críticas não tenham elementos de verdade. Mas eu apontaria para o relativo isolamento desses setores da esquerda, cujos discursos muitas

vezes doutrinários não apontam para uma relação orgânica desses grupos com as massas populares. Muitas vezes se trata de intelectuais de esquerda ligados às universidades brasileiras, que desenvolvem um trabalho importante de formação cultural e às vezes com grande erudição marxista, mas que passam necessariamente por uma socialização burguesa na academia e querem indicar o caminho correto para os movimentos sociais, acusando-os de terem sido cooptados pelos governos petistas. Esses intelectuais dificilmente saberiam falar com o povo como eu já vi Lula fazer diversas vezes ou, também, não estão na linha de frente das lutas populares, com os riscos que isso envolve, sendo o maior deles o de perder a própria vida. Na última vez em que estive na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, presenciei uma homenagem a um militante do MST da Bahia que foi assassinado, Márcio Mattos. Tenho muito respeito pelas companheiras e companheiros que estão na linha de frente e correm todos os riscos, dos quais muitas vezes estamos aparentemente protegidos. Há certo elitismo no nosso modo de ser esquerda que impede o nosso diálogo com as massas populares, então análises brilhantes terminam sendo apenas isso mesmo, análises brilhantes. Não fico satisfeito com uma análise que tente atribuir a um partido ou outro, seja ele o PT, o PCdoB etc. toda a culpa do golpe. Acho que a análise deve buscar o conjunto de relações econômicas, políticas e sociais, a correlação de forças e apontar caminhos alternativos. Às vezes vejo que os caminhos alternativos apontados são irrealistas porque não possuem nenhuma base social concreta ou apoio popular, nem procuram indicar os caminhos para se fazer isso. Então termina sendo mera fraseologia, lançando-se palavras de ordem ao vento, que não irão mobilizar as massas. Isso não quer dizer que o PT não tenha errado, mas creditar toda culpa ao partido é um exagero e não apanha a situação global. Se eu for culpar alguém pelo Golpe, culpo os setores da direita que foram diretamente responsáveis pela quebra das regras do jogo, que são antidemocráticos, e não o PT. Lembro que cheguei a votar no Plínio de Arruda Sampaio, porque ele representava na época uma alternativa mais radical de esquerda e, no segundo turno, votei na Dilma Rousseff. Depois, na reeleição de Dilma, não votei no primeiro turno porque tive que justificar e, diante da ameaça de uma vitória de Aécio Neves, viajamos minha companheira e eu apenas para votar na Dilma. Na época fiz campanha para Dilma e escrevi um artigo, que foi publicado no jornal Brasil de Fato, com o título de “As eleições, o PSDB e o golpe conservador”. Ou seja, tratava-se de ganhar fôlego político contra as forças reacionárias. Nas últimas eleições, embora simpatizasse muito mais ideologicamente com Boulos, votei no Haddad no primeiro turno, porque minha compreensão era de que devêssemos unificar em torno do candidato mais provável de bater Bolsonaro. Mesmo com todo o apoio que depus para o PT nas eleições, isso não quer dizer que eu estivesse contente com a perspectiva de conciliação de classes, pois historicamente isso já havia dado errado, como a quebra do pacto populista que conduziu à ditadura empresarial-militar de

1964. E o PT pagou um elevado preço histórico por isso, mas ao mesmo tempo conseguiu avanços que melhoraram a vida de muita gente, inclusive de quem critica o partido e, sendo bastante sincero, de nós docentes universitários. Quantos de nós estaríamos em faculdades particulares se não tivesse ocorrido a política de expansão do ensino superior e interiorização das universidades? Acho, por isso, que muitos intelectuais acadêmicos, que são autenticamente de esquerda, caíram numa espécie de “radicalismo abstrato”, sendo excessivamente críticos, mas essa crítica não possuía uma base social concreta, um canal social para ser transformada em força política e, numa posição confortável em relação à média do brasileiro, dentro da universidade. Lembro que, na minha Universidade, a UFRB, em 2014 e 2015 havia gente de esquerda muito crítica ao PT, que duvidava do golpe e isso era um erro grave de avaliação. Mas houve o golpe e se houve o golpe, é porque o Brasil de certa forma avançou e a direita mais reacionária elegeu o PT como inimigo público número um, inclusive ficando evidente a prisão política de Lula e o acirramento de um Estado de exceção. Quando chegou a possibilidade de explorarmos o Pré-Sal e, dada a conjuntura política internacional de autodefesa dos Estados Unidos para se manter como a maior superpotência imperialista, sofreremos o golpe parlamentar e jurídico, que foi a forma como a autocracia burguesa encontrou para manter seus privilégios de classe. Embora não tenhamos tido um golpe militar clássico, o exército brasileiro de certa forma tutelou o Supremo e nosso Estado se tornou policialesco e, agora, parte dele é miliciano. A disputa entre Bolsonaro e Moro tem sido por quem irá controlar a Polícia Federal. Hoje acho que é um dever democrático a defesa da existência do próprio PT, ameaçado de cassação, algo semelhante com o que aconteceu com o PCB, quando foi declarado ilegal no governo autocrático de Dutra. Tenho plena certeza que se, em algum momento, o PT tivesse aproveitado para avançar mudanças mais profundas, embora eu ache que esse não tenha sido um objetivo imediato do partido, a reação política da direita, que vemos hoje, teria se manifestado antes. A diferença é que antes talvez tivéssemos tido um apoio popular expressivo, de fato. Mas não devemos idealizar a realidade e achar que teria sido mais fácil, porque o golpismo é uma tradição política cultivada religiosamente pela direita na América Latina, bastando citar a Bolívia e a Venezuela. De modo que penso ser a situação muito mais complexa para buscarmos culpados e isso não ajuda numa política de alianças antifascistas que seja capaz de reunir os diferentes campos da esquerda.

Mencionei tudo isso para tentar responder à pergunta. O Brasil pós-Golpe e, agora, o Brasil de Bolsonaro se caracteriza pela tentativa de implementar a agenda antinacional, antipovo, antidemocrática e antitrabalho. O Golpe teve o objetivo, como todos já sabemos, de jogar nos ombros da população brasileira, das classes trabalhadoras, as contas da crise internacional, desonerar as empresas dos custos de reprodução da força de trabalho e fazer com que as riquezas produzidas pelos trabalhadores, os valores, sejam abocanhados

pelo capital financeiro. As contrarreformas trabalhistas e da previdência possuem esse objetivo explícito, bem como as outras medidas e contrarreformas que estão por vir. O sucateamento da economia nacional, com a entrega dos nossos recursos naturais e a perda de nossa soberania, também faz parte desse quadro histórico mais global. Isso não pode ser feito sem um correlato acirramento dos componentes fascistizantes do Estado brasileiro, existentes nas instituições, no judiciário, nos aparelhos policiais e militares, nas empresas, na mídia etc. A pandemia da Covid-19 trouxe, no entanto, um elemento novo, que talvez seja o de explicitar mais rápido a falência desse modelo. É, de fato, uma novidade que a proposta de taxação das grandes fortunas tenha sido colocada, mesmo que de forma bastante tímida. Isso aponta para germes possíveis de contestação. O Paulo Guedes se diz economista, mas o fato de ele ter se formado em economia não muda o fato de ele atuar como um mero funcionário dos grandes bancos, que hoje ocupa o Ministério da Economia. No meu ver, ele é um simples corretor de bolsa de valores, com toda a ignorância do economista vulgar. Quem leu algo de Teorias da Mais-Valia, de Marx, vai compreender qual a opinião que tenho, não apenas do Guedes, mas de toda economia neoliberal. A verdade é que esse pessoal não sabe o que fazer com a situação atual provocada pela pandemia e a estratégia genocida de Bolsonaro apela para o irracionalismo e para a ignorância, dele próprio e de quem o segue. O fato de ele ter perdido apoio e estar mais isolado pode conduzir a desfechos inesperados. Os ataques dele ao atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia - que podem ser vistos como conflito entre frações de classe do bloco compósito do poder burguês - é um sinal talvez de que ele estaria disposto a enfrentar o Congresso. A pergunta é se ele teria base política e social para isso. Qual seria a posição da junta militar? Mesmo que não sustentem Bolsonaro, a tendência dos militares será a de impor a manutenção da autocracia burguesa e esta autocracia não necessita de uma ditadura aberta para se impor, mas de instituições tomadas por gente aliada ideologicamente ao projeto conservador das elites das classes dominantes e de sua fração hegemônica, o capital financeiro. A depender de como a crise da pandemia será enfrentada pelo conjunto da sociedade, aliada ao desemprego estrutural, que já é uma característica inextirpável do capitalismo dependente, agora agravada com as contrarreformas trabalhista e da previdência, e se a incapacidade do Governo Federal de enfrentar todos esses problemas gerar uma forte insatisfação popular e isso for identificado de forma negativa contra as forças que atualmente ocupam o poder executivo, é provável que iniciemos um processo de retomada de condições de luta mais democráticas para as classes trabalhadoras e as camadas populares. Isso depende, entretanto, de uma articulação das forças progressistas, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, mas para isso teríamos que fazer um grande esforço de deixar de lado muitas divergências de ordem doutrinária e tentar perscrutar a construção da autoconsciência de luta e resistência da maioria do povo, para

tentar caminhar junto com o povo e transformar a nossa própria consciência nesse processo, perdendo alguns dos vínculos com o estilo de vida burguês também presentes nas esquerdas. Acredito que o intelectual militante de esquerda, seja ele marxista ou de outras correntes radicais, teria um papel fundamental aí nos debates com as camadas populares, mas ele deveria deixar de lado certo elitismo e aprender com o povo. Penso exatamente no que Paulo Freire escreveu em *A Pedagogia do Oprimido*. Paulo Freire possuía vínculos católicos, mas às vezes eu acho, não só pelas ideias dele, mas pela sua prática de vida, que ele era muito mais radical e consequente do que muitos marxistas que conheço. Estamos muito longe de uma construção coletiva dessa autoconsciência, por isso não nutro até agora muitas esperanças de uma saída mais popular e democrática. O risco é que a situação da pandemia possa levar a soluções ainda mais autocráticas para a crise política e essa hipótese, infelizmente, não está descartada no momento. Estou falando em termos de Brasil, mas podemos pensar no conjunto da América Latina, nos casos do Chile, Bolívia (este último país sofreu um golpe mais próximo ao de tipo clássico, militar), Equador e Venezuela (esta última agora ameaçada pelos EUA), apenas para citar alguns exemplos mais próximos. Na Hungria, a solução fascista me parece ter sido vitoriosa e, por enquanto, permanente. Para concluir, ano passado escrevi um texto sobre a estrutura de classes do bolsonarismo. Esse texto eu apresentei para um grupo de colegas da Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), na Argentina, um grupo que estuda Hegemonia e questões agrárias, coordenado pelo Prof. Javier Balsa, que considero um gramsciano bastante original e, também, possui uma militância política radical e progressista. O Prof. Balsa conhece o Brasil e faz comparações muito interessantes com o kirchnerismo. Tentei avançar na análise do discurso bolsonarista, mas até agora não obtive muito sucesso e eu mesmo acho que a análise da estrutura de classes que fiz do governo Bolsonaro já se encontra um pouco obsoleta. Não foi um texto publicado, poucas pessoas leram e nele eu afirmo que o bolsonarismo poderá sobreviver à pessoa do próprio Bolsonaro. Explico: o que deu a vitória a Bolsonaro - além do antipetismo, que leio como a forma como se expressa o reacionarismo contra as esquerdas em geral no Brasil, e muito além das fakenews - foi o vácuo político deixado pelas esquerdas em relação à grande maioria da população brasileira e não podemos culpar apenas o PT por isso. Esse vácuo foi preenchido pelos grupos fundamentalistas pentecostais e neopentecostais, porque de alguma forma eles sabem falar a linguagem que toca direto nas dificuldades cotidianas de muita gente e transformam isso numa empresa muito lucrativa. Além desse setor, bastante numeroso, temos as baixas patentes do exército e das polícias militares, muito suscetíveis à agitação fascista. Os altos comandos das forças armadas são conservadores, mas procuram manter a aparência de respeito à legalidade e à Constituição. As ameaças ao STF feitas pelo General Villas Boas, entretanto, mostram que setores do exército ainda sonham de alguma forma com os idos

de 64. Não estou dizendo que vamos ter um “autogolpe”, apenas que isso entrou algumas vezes como um blefe político, como se estivéssemos num jogo de poker e essa chantagem se tornou um estilo de fazer política de setores da ala militar. Bolsonaro não criou essa realidade e, mesmo na ausência do líder fascista, o bolsonarismo poderá sobreviver nesses grupos. O que estamos vivendo no Brasil é muito grave e, por isso, acho que o caminho político para construir a democracia deve ser bastante difícil e tortuoso, começando pela tentativa de reconquistar um enraizamento popular mais amplo do que a atual base social dos movimentos sociais contestatórios da ordem e de combater o irracionalismo dessas ideologias reacionárias, presentes em diversos setores da sociedade brasileira. Se compararmos o hitlerismo com o bolsonarismo, veremos que o mesmo apelo ao irracionalismo está presente nas duas ideologias. O que me preocupa, enfim, é a fragmentação das forças de esquerda e acho que não estamos opondo resistência quase nenhuma. Quem leu a biografia de Hitler, do Joachim Fest, e o Assalto à razão, de Lukács, vai conhecer as raízes históricas e culturais do irracionalismo nazista. Também não é à toa que o astrólogo Olavo de Carvalho, que de filósofo não tem nada, foi ovacionado como o grande ideólogo do bolsonarismo e isso só demonstra o grau de ignorância que estamos enfrentando.

JC: Em artigo recentemente publicado, Slavoj Žižek afirma que o covid-19 é um golpe letal no capitalismo e que reinventaremos nossa sociedade a partir dessa crise mundial. O colapso econômico atual se dá, em sua opinião, porque o capitalismo atual se baseia no consumo e na moralidade da posse de bens. Sendo assim, a pandemia estaria minando as ideologias capitalistas recentes. Por outro lado, o filósofo Byung-Chul Han, em artigo também recente, criticou a posição “otimista” de Žižek. Para Han, ao contrário do que indica Žižek, a China estará apta a vender seu Estado policial digital como um modelo de sucesso contra a pandemia e que, como pensava Agamben, o estado de exceção pode se tornar na normalidade. A questão é: podemos pensar em como será o futuro próximo? Há um colapso do capitalismo diante da pandemia ou o capitalismo ainda tem fôlego para se reinventar?

Tenho dificuldades para responder de forma tão geral assim. Acho que nem uma coisa nem outra. Pela minha formação marxista, considero a partir de Lênin que disse, numa de suas cartas, que o marxismo é a “análise concreta de situações concretas”. O capitalismo, embora possua características universais, é uma realidade que se constrói concreta e historicamente. Desse modo, o que pode acontecer em algum país, continente ou região não será necessariamente repetido em outros lugares. Por outro lado, há tendências mundiais em curso que, de certa forma, afetam a toda humanidade. Não sei se concordo com Žižek que o que define o capitalismo atual seria o seu suporte no consumo

e na moralidade da posse de bens. Acho que muito mais o sistema está baseado no capital financeiro, sendo a posse e o consumo categorias que estão subsumidas a determinações mais fundamentais. O capital financeiro, que é um termo amplo e inexato, na verdade se baseia na ilusão de que valor gera valor, dinheiro gera dinheiro, a realização máxima da forma-valor que se autovaloriza. Essa fração do capital se tornou hegemônica mundialmente e qualquer análise das tendências futuras deve passar pelo seu exame mais detido. Por exemplo, ao estudar um pouco da exploração do trabalho africano nas minas de ouro da cidade de Sadiola, no Mali, percebi a ponte que se pode estabelecer entre o capital financeiro e regimes de dominação típicos do apartheid, sem contar as relações entre a lavagem de dinheiro do crime organizado e os lucros dos grandes bancos. Ao se concentrar no consumo e na moralidade da posse de bens, talvez essa seja uma questão que faça sentido para a realidade na qual Zizek vive e atua, mas em outros lugares, como aqui no Brasil, em que se está em jogo a própria sobrevivência das pessoas, a questão talvez seja outra. É justamente essa hegemonia do capital financeiro que cria as condições atuais para regimes de extrema direita ao redor do mundo. Mas também acho que, contra tais tendências conservadoras e reacionárias, os povos podem se insurgir, dadas suas condições concretas, reais, de vida e as correlações de força entre as classes e outras categorias sociais, que sempre são históricas e específicas. Então isso é difícil de avaliar de um modo tão geral, se o capitalismo irá entrar em colapso ou não. Ele pode entrar em colapso num lugar e, também, pode impedir sua morte em outros lugares, constituindo aí um foco de reação contra as tentativas de construir novas formas de sociedade, anticapitalistas, mais solidárias e não destrutivas. Não acredito que esse seja um processo homogêneo mundialmente. O importante, a meu ver, é que se busque fortalecer a solidariedade entre os povos e as classes trabalhadoras dos diferentes países, mas isso só pode ser conseguido pelo avanço da organização popular nas diferentes realidades nacionais. Penso que deveríamos caminhar para isso. Algo como faz Cuba, que exporta médicos para o mundo, enquanto outros países exportam guerra e destruição. De qualquer modo, sou muito desconfiado e acho que o capital irá se aproveitar da pandemia para fortalecer suas posições de poder. Em relação à China, não reduziria o país a suas características centralizadoras e burocráticas, ou a um Estado policial digital, que talvez tenham a ver com seus impasses e dilemas históricos de construção do socialismo, ou se preferirem alguns, de uma sociedade pós-revolucionária. Não podemos esquecer o que era a China antes de 1949 e que pensar a China dentro de parâmetros da democracia ocidental seria uma ausência grave de tino antropológico. Na minha cabeça, o modelo mais acabado de Estado de exceção seria o exemplo mais notório de democracia ocidental, os Estados Unidos, internamente em seu próprio território com a política de segregação dos imigrantes, dos negros e outros grupos, e externamente na sua política genocida de dominação imperialista. Seria suficiente dar uma olhada em suas

intervenções na Ucrânia, na Síria, no Iraque e, agora, a ofensiva desumana contra a Venezuela em tempos de pandemia mundial. Acho difícil dizer se o capitalismo irá entrar em colapso e cair na lata de lixo da história, ou se ele irá se reinventar. O mais certo é que as crises em diferentes lugares possam levar a readaptações do sistema, mas eventualmente em algum lugar possa ocorrer algum tipo de ruptura (algo que não tenho condições de avaliar) e, por fim, em outros possa haver uma fascistização maior do sistema, como no caso da Hungria. Mas na hipótese de haver alguma ruptura efetivamente democrática, anticapitalista, é quase certo que o cerco imperialista irá se fechar contra tais tentativas, como ocorreu contra a Rússia em 1917, contra a China, Vietnam, Cuba, contra países africanos como Moçambique etc. A tentativa da Venezuela de se afirmar e construir seu próprio caminho tem sido constantemente sabotada não apenas pelos Estados Unidos, mas também por outras nações centrais. Podemos ter muitas críticas ao processo venezuelano e a Maduro, mas acho que muito dessas críticas idealizam o que seria tentar romper com o imperialismo e, com isso, ter que dia a dia enfrentar a contrarrevolução interna e externamente, numa situação constante de guerra. É o mesmo tipo de incompreensão que vejo em relação a Cuba, historicamente. Julgamos esses países com parâmetros da democracia ocidental e raramente julgamos a própria democracia de tipo ocidental nos seus aspectos ditatoriais, em especial quando exportam violência e colonialismo ao redor do mundo. Voltando à pergunta inicial, acho que a única possibilidade de prevermos o futuro é se atuarmos na construção de uma nova sociedade, percebendo as tendências históricas em curso e nos movimentando no conjunto real das forças políticas para tentar transformar os rumos dos acontecimentos. É uma ideia que retirei de Gramsci. Em outras palavras, a condição de previsão nas ciências sociais talvez seja participar da própria organização da ação política coletiva.

JC: Na sua obra *Luta de Classes*, Domenico Losurdo esclarece a polissemia do conceito de lutas de classe, no plural mesmo (*Klassekämpfe*). Seria possível pensarmos que diante das diferentes posições dos governos no cenário mundial atual diante da pandemia do covid-19 que a teoria de lutas de classes de Marx se mostra mais atual do que nunca? Ou seja, o tratamento das políticas públicas e o acesso das pessoas aos leitos de hospitais, testes e acesso à informação não parecem corroborar o conceito marxista?

Sempre considerei o marxismo atual. Penso que o marxismo e as ideologias socialistas só irão morrer um dia se realizarmos o socialismo e construirmos sociedades humanizadas. No entanto, não penso o marxismo de uma maneira idealista, como se fosse um ideal que a humanidade devesse alcançar. Para Marx e Engels, o comunismo é o movimento real que procura abolir o estado de coisas atual. No prefácio de *A crítica da econo-*

mia política, Marx também diz que os problemas só se colocam quando já estão presentes as condições históricas que permitam sua solução. Ou seja, o socialismo e o próprio marxismo não surgem da cabeça de Marx como uma prova de genialidade intelectual. Foi pelo fato de ele ter participado das lutas políticas inicialmente como um democrata radical, e de ter travado relações com o movimento operário da época, que levou Marx a elaborar seu método e propor categorias de análise do modo de produção capitalista capazes de servir à luta socialista, ou melhor, comunista. Gosto muito do texto de Lukács sobre o jovem Marx, que retrata essa evolução política. E, ao mesmo tempo, o marxismo de Marx sempre se transformou diante das mudanças da realidade histórica que ele enfrentava. Ao ler Marx, percebemos que sua obra era inacabada. O Capital é um livro inacabado e Marx estava sempre revendo suas posições. Não poderia ser diferente com o marxismo, que procura também responder às novas realidades históricas. Então, desde que iniciei minhas primeiras leituras marxistas sempre vi o marxismo como atual. Acho que a situação causada hoje pela pandemia mundial pode ser analisada pela óptica marxista da luta de classes, não sendo, contudo, a situação da pandemia que comprova a atualidade do marxismo, mas sim a existência do sistema capitalista em escala mundial. Estou recuperando a leitura de uma das precursoras da sociologia da saúde aqui no Brasil, que é a Maria Cecília Ferro Donnangelo. Ela defendeu uma tese de doutorado sobre a profissão do médico em São Paulo, cujo título é Medicina e sociedade e, também, sua tese de livre-docência, Saúde e sociedade. Ela trabalhava dentro da perspectiva marxista do modo de produção e da formação social, num olhar muito althusseriano. Por outro lado, a categoria de classe social é sempre uma categoria histórica, com níveis distintos de abstração e concreção ou de aproximação ao real histórico. Não vamos encontrar em Marx um conceito de classes pronto, acabado e fechado, mas elementos de elaboração teórica que nos fornecem apenas pontos de partida para a análise de situações concretas. Gosto muito de um livro de Theotônio dos Santos, que utilizo em sala de aula, sobre o conceito de classe em Marx. Vejo que, na pergunta, vocês já estão admitindo que sim, que o marxismo é atual e que sua categoria de classes seria algo fundamental para analisar o cenário da pandemia mundial. Acho que só consigo responder essa pergunta nestes termos.

JC: Para explicar a crise de 2008, o geógrafo David Harvey se vale de uma abordagem marxista para compreender como o capitalismo global se alimenta das crises inventadas por ele mesmo. Essas crises são cíclicas, sazonais e se movem ao redor do mundo. Nesse sentido, como o senhor compreende a ascensão da extrema direita no mundo como uma maneira de responder às crises criadas pelo próprio capitalismo? E mais: sendo uma pandemia, o covid-19 não se restringe a uma crise localizada e a abordagem ao problema é internacional. A solidariedade preconizada pelo socialismo seria factível nos tempos atuais?

É possível remodelarmos as políticas mundiais a partir dessa crise?

Andei lendo recentemente um livro intitulado *Le retour des populismes: l'état du monde 2019*, organizado por Bertrand Badie e Dominique Vidal, que se trata de uma compilação de artigos de vários autores. O tema do populismo se tornou algo bastante atual e vejo que isso está dando margem a diversas confusões conceituais. Por exemplo, não estou bem certo de que se deve opor populismos de esquerda a populismos de direita, como se fossem duas coisas opostas, contrárias, mas com pesos equivalentes. Então tudo termina sendo populismo e se pode colocar tudo no mesmo saco, populismos de direita e populismo de esquerda. Isso traz confusões políticas muito grandes e, com base nisso, podemos dizer que Bolsonaro seria um populista de direita e Lula um populista de esquerda. Essa oposição, de alguma forma, tem sido tentada por alguns meios televisivos, no caso a Globo. Eu não diria que Bolsonaro é um populista, ele possui uma visão de mundo fascista. O que é muito diferente de populismo. Certo que podemos distinguir entre um populismo demagógico e um populismo mais radical. No Brasil, esse último tipo de populismo nunca teve força. Eu diria que um exemplo mais recente de populista radical foi o Presidente Hugo Chávez, que acabou caminhando em direção ao socialismo. Outras referências são importantes nesse debate, como o livro de Chantal Mouffe, *Por un populismo de izquierda* e deixo aqui como indicações. Apesar de não concordar com uma noção muito ampla de populismo, que presta mais a confusões e dificulta a análise, a coletânea de artigos que mencionei acima nos traz um exame de várias situações concretas, caracterizadas por regimes de extrema direita no mundo. Desde Trump às Filipinas de Duterte, passando pela Índia e pela Itália do Movimento Cinco Estrelas, cada contexto político específico é posto em discussão. É um livro muito interessante nesse sentido e acho difícil, portanto, fazer uma avaliação global da irrupção desses regimes de extrema-direita. Houve uma ameaça recente por parte de Donald Trump de fechar o Congresso para que ele pudesse nomear funcionários. Quem leu *As elites do poder*, do sociólogo Wright Mills, sabe muito bem como funciona um pouco da “democracia estadunidense”, por meio de um controle tecnocrático de cúpula em que os grandes interesses militares, econômicos e políticos decidem os rumos da superpotência imperialista. Então uma atitude dessas não me surpreende. Por isso é inteiramente possível que as respostas de extrema direita à crise, as soluções fascistas contemporâneas, sejam uma maneira de que as burguesias dos diversos rincões do mundo tenham encontrado para manter seu poder e dominação. Mas afirmar isso é muito pouco, se não analisarmos concretamente cada situação. Acho que cabe às ciências sociais empreenderem análises desse tipo em cada país, continente, regiões ou blocos geopolíticos. Quanto à possibilidade de uma solidariedade socialista, tendo a acreditar que ela sim seria factível, pois o socialismo não é uma utopia, no sentido de sonho irrea-

lizável, mas emerge das próprias contradições do sistema capitalista e isso depende de luta e organização política autônoma “dos de baixo”. Quando cito Paulo Freire, é porque ele enfatizava que a emancipação não parte de dirigentes iluminados, mas deve partir do próprio oprimido ou então estaremos construindo novas formas de opressão. Nesse sentido, acredito ser possível remodelar as políticas mundiais, se talvez, com a pandemia da Covid-19, grande parte da população mundial entender que a solução da economia reside no controle social da produção pelos próprios trabalhadores e que isso seja revertido para a produção de bens socialmente úteis. Isso significa lutar contra a mercadoria como forma ideológica do regime de dominação burguesa e do sistema capitalista de exploração, pois essa forma ideológica nos faz pensar que o valor (ou valor de troca), na forma dinheiro, é quem movimenta a economia. Isso é uma ilusão muito real. No caso brasileiro, por exemplo, para enfrentar a pandemia todo o esforço produtivo deveria ser voltado para garantir os serviços essenciais e a alimentação da população. Mas não estamos numa lógica de produção e distribuição que nos permita isso. No entanto, e não poderia ser diferente por conta dos interesses que representam, Bolsonaro e Guedes estão tentando proteger o lucro das empresas, dos bancos e do capital financeiro: mostrar que a economia poderia ter um outro tipo de organização ultrapassa seus horizontes estreitos e limitados. E como o discurso que chega à população é que, sem dinheiro, não se come, com isso Bolsonaro consegue agitar e inflamar as massas mais suscetíveis à propaganda fascista. A forma-valor, expressa na forma dinheiro, talvez seja um dos instrumentos mais poderosos da ideologia capitalista. Seria o caso de movimentar a produção para garantir equipamento hospitalar para os profissionais de saúde, alimentos, combustível etc. e organizar essa distribuição para o conjunto da população, mas como fazer isso se nossa economia está organizada única e exclusivamente por interesses privatistas e temos um desenvolvimento econômico distorcido pelo agronegócio, pelas multinacionais e pelo capital financeiro? Sem que os países desenvolvam novas formas de práticas sociais econômicas mais solidárias e que isso mude a mentalidade das pessoas, acho difícil reproduzirmos exemplos de solidariedade como o de Cuba. A Ilha é um pequeno país, com poucos recursos, e seu internacionalismo sempre foi um legado dos mais belos de sua revolução e isso se deu porque, apesar das intensas privações econômicas por que passa o povo cubano, as relações sociais de produção transformadas condizem com novas formas de consciência. Então não digo que a economia irá falir se as empresas não tiverem lucros, o que pode falir são empresas que operam no sistema capitalista e isso não seria o fim do mundo. Se todos os recursos econômicos fossem organizados pela associação livre de trabalhadores autônomos, a coisa seria muito diferente, pois os nossos recursos seriam destinados para as necessidades de saúde, educação e enriquecimento cultural da maioria da nossa população. Por que a direita sempre criminaliza o MST? O MST propõe um novo tipo de sociedade com novas bases produtivas,

de tipo socialista e solidário. Em seus assentamentos, a depender das diferentes realidades locais e regionais, as pessoas trabalham no campo e, ao mesmo tempo, se formam em diversas profissões com alta qualidade técnica, na medicina, na agronomia, na pedagogia etc. Mas o MST não pode carregar o Brasil nas costas, mas poderia nos ajudar a aprender essas novas práticas. Os assentamentos do movimento, embora produzam dessa forma, estão inseridos numa economia capitalista subordinada e, por isso, sofrem as determinações e contradições também do capitalismo dependente. O fato é que se voltássemos a organização de nossa economia nessa direção, aí sim teríamos condições de construir uma nação em que todos tenham um lugar digno na sociedade e, com isso, combater os privilégios de classe e a exploração do trabalho. Se essa pandemia levar a reivindicações desse tipo nos diversos países, eu acharia que poderíamos modificar e redirecionar as políticas mundiais em direções mais solidárias e humanas. Mas as coisas não estão caminhando nessa direção e tudo que acabei de falar termina ficando no terreno das potencialidades históricas. Vi que na Itália houve uma contestação por parte dos trabalhadores, que queriam fazer greve para não serem submetidos à infecção pelo novo coronavírus. Não sei, contudo, se isso conduziu à construção de uma autoconsciência anticapitalista. É assim que posso responder.

JC: O presidente Jair Bolsonaro foi eleito se valendo de uma intrincada rede de Fake News. Inicialmente, diante da pandemia, o presidente negou, assim como seu guru Olavo de Carvalho, a pandemia do covid-19 e foi acirradamente contra o isolamento social como maneira de lidar com a propagação exponencial do vírus. Contas de Olavo de Carvalho e de pastores evangélicos brasileiros foram derrubadas nas redes sociais. Em uma recente live com evangélicos, o presidente - indo de encontro às posições da OMS e dos especialistas na área de todo mundo - afirmou que o covid-19 estava deixando o Brasil (o que vai de encontro aos dados oficiais que demonstram o aumento de pessoas infectadas no país). O senhor acredita que está no momento de uma interdição do presidente Bolsonaro? Como o senhor percebe a relação da esquerda brasileira diante das atitudes do Governo Federal e das falas de Bolsonaro?

De certa forma, já respondi um pouco sobre isso na primeira questão que me foi colocada. Sou totalmente a favor do impeachment de Bolsonaro. A eleição dele foi um subproduto do Golpe de 2016. No caso da Presidenta Dilma Rousseff, podemos falar de golpe porque ela não cometeu crime de responsabilidade e não se tira uma presidente sem que haja crime de responsabilidade. Portanto, dentro dos limites da institucionalidade burguesa houve golpe. Então tirar Bolsonaro seria um passo mais adiante na possibilidade

de ganharmos mais espaço para as forças progressistas e democráticas. Bolsonaro cometeu crimes de responsabilidade e, como deputado, cometeu crime de apologia à tortura ao elogiar a memória de um assassino e terrorista de Estado, que foi o Coronel Brilhante Ustra. O mandato dele como deputado já aí deveria ter sido cassado e ele deveria ter perdido os direitos políticos. Isso é sinal de que, nos subterrâneos da Nova República, a herança do regime ditatorial sobreviveu e agora coloca suas garras à luz do dia e, de certa forma, não acho que vivemos o fim da Nova República, mas o retorno de forças que foram de algum modo represadas na sociedade brasileira, mas que não morreram. Foi o fato de não termos feito um acerto de contas com o passado que possibilitou esse retorno de alguém que simboliza tudo o que existe de pior no brasileiro, que trabalha agora como cão de guarda dos interesses burgueses e atua nos marcos da cultura da ignorância. O fascismo nada mais é do que uma reação de extrema direita às crises do capital. Não gosto de definições muito gerais, mas não estou tentando ser rigoroso conceitualmente aqui. Há que se distinguir entre o fascismo clássico, que emerge na periferia da Europa, a Itália dos anos 20 e 30, num momento de consolidação mundial do imperialismo e do capitalismo monopolista, e os fascismos de hoje. Dada a dominação do capital num contexto de crise estrutural e permanente, as próprias estruturas tecnocráticas do Estado se tornam fascistizadas, de modo a permitir que uma minoria domine a maioria sem precisar prestar contas de suas decisões. Vejam como o fascismo se disseminou em diversos setores do judiciário brasileiro, permitindo-se aberrações jurídicas como os excessos da Lava-Jato. Aliás, recomendo a leitura da crítica marxista do Direito, um pensador russo que está sendo relido hoje, Pachukanis, e dos textos do Alysson Leandro Mascaro, que é jurista e trata o Estado e o Direito de uma perspectiva marxista. Há dois livros dele muito interessantes, Estado e forma política e Crise e golpe. Ele mostra como a própria forma do Direito reproduz de maneira sobredeterminada a forma mercadoria. É um trabalho muito inspirado em Althusser e Poulantzas, mas muito denso e original. Voltando ao assunto, hoje podemos dizer que o bolsonarismo tem um forte apelo de massas, sendo apoiado por um setor da população brasileira que muitos dizem oscilar entre 20 e 30%. Talvez seja um elemento novo do fascismo à brasileira que devemos levar em conta muito seriamente. Em 19 de abril, no dia do exército, Bolsonaro estava agitando parte dessa massa fascistizada, a qual defende uma reedição do AI-5 e a intervenção militar, e essa talvez seja a forma como ele encontrou de chantagear o Congresso e pressionar por maior apoio dos militares que o acompanham, embora me pareça que ele não seja respeitado pelos militares tradicionais e seja visto como um mal necessário. Minha impressão também é a de que ele deseja o confronto com o Congresso, achando que isso irá lhe dar alguma sobrevida na presidência. Mas se trata de um jogo muito perigoso e, mesmo na possibilidade de um golpe, tenho minhas dúvidas se ele conseguiria sustentar. No entanto, acho que Bolsonaro

representa um risco grave de uma solução fascista, pois a violência de seu séquito está se tornando cada vez mais exacerbada e ele utiliza isso para se manter na cadeira da presidência, para chantagear as frações de classe da burguesia mais tradicionais, dentre eles os setores militares. Se ele não for parado agora, será muito mais difícil que isso ocorra depois. A direita tem medo de seguir com o impeachment, porque acho que sabe que o Brasil do PT mais moderado acabou e que uma eventual volta da esquerda poderia significar uma margem menor de conciliação de classes e, conseqüentemente, um ataque decisivo contra os privilégios das classes dominantes e das camadas sociais que lhe são subordinadas, se o descontentamento popular se tornar mais elevado e isso se refletir num processo de autoconscientização contra a ordem burguesa. Mesmo se a Centro-Esquerda, mais moderada e reformista, possa alcançar o poder, e isso só poderá ocorrer por meio de um descontentamento mais geral da população contra a farsa bolsonarista (a não ser que a direita encontre outro candidato com forte apelo eleitoral, talvez o preferido da Globo, o ex-juiz Moro, que até agora tem blindado a família Bolsonaro, mas entra em conflitos com seu chefe em torno da influência sobre a Polícia Federal, que parecem querer transformar numa polícia política; e, de outro lado, a indústria da alienação da mídia televisiva e das fakenews ainda continuam produzindo efeitos tão devastadores nas consciências), para fazer algo de diferente do que foi tentado antes nos governos petistas só com uma radicalização à esquerda isso seria possível, em termos de garantir uma quebra da ultra-concentração de riquezas e reestruturar nossa economia. Quanto às esquerdas, acho que não estamos opondo quase nenhuma resistência e isso é muito grave. Seria difícil indicar apenas uma explicação para essa dificuldade de união das esquerdas. Mas acho que devemos começar deixando de lado as tentativas de culpabilizar este ou aquele partido como traidores da causa popular. Embora possamos ter nossas opiniões políticas sobre isso e nada na história irá nos isentar de responsabilidades, acho que ficar batendo nessa tecla não irá levar a nada. Enquanto as esquerdas brigam, a direita vai avançando. Acho que o essencial seria construir uma inserção nas massas. Se me perguntarem como fazer isso, acho que temos que ir perguntar a quem já desenvolve um trabalho de base e conhecer essas diversas experiências de luta. Acredito que os militantes dos movimentos sociais teriam muito mais a nos ensinar sobre isso e deveríamos nos inserir nesse trabalho coletivo. Acho que temos diversos pontos de partida espalhados pelo Brasil. Mas eu sugiro duas leituras do Florestan Fernandes que nos ajudariam a ter algumas direções: o texto sobre partidos políticos e movimento socialista, que foi publicado num dos volumes das Teorias da organização política (organizados por Ademar Bogo), pela Expressão Popular, e o livro de 1991, O PT em movimento, que também foi reeditado por essa mesma editora. Se as esquerdas se preocuparem apenas com as eleições, estaremos perdidos, pois a luta parlamentar sem um amplo movimento de massas estará fadada ao fracasso. Por enquanto,

apesar de ver crescer em setores da esquerda a certeza de que o impeachment é necessário, dados os crimes de responsabilidade já cometidos e os riscos reais à democracia, parece que estamos com medo cutucar a onça com a vara curta e estamos muito tímidos. Quem não respeita as regras do jogo, quem se utiliza da violência, é sempre direita aqui, em especial a extrema direita bolsonarista e talvez a tática nesse momento seja pressionar o Congresso, Rodrigo Maia, para encaminhar os pedidos de impedimento do presidente que já se acumulam.

JC: A extrema direita brasileira é, em essência, negacionista da ciência e das políticas públicas: afirmam que a terra é plana, negam o aquecimento global e o evolucionismo, são contra as Universidades Públicas, depreciam as pesquisas científicas, valem-se continuamente de Fake News, acreditam em um marxismo cultural universal etc. Como podemos pensar o papel de intelectuais de esquerda, principalmente aqueles das Ciências Humanas e Sociais inseridos na vida acadêmica, diante dos negacionistas? É possível estabelecer estratégias de ação eficazes?

Essa é uma questão muito difícil de responder. Falando muito sinceramente, acho que abandonamos, no caso das ciências humanas e sociais, uma perspectiva coletiva de atuação política com base no tipo de conhecimento que somos capazes de produzir. Quando a direita bolsonarista disse que as humanidades não possuem qualquer utilidade e que, por isso, os recursos para a ciência e tecnologia deveriam ser redirecionados para setores estratégicos, ligados à produção econômica, acho que não explicitamos o suficiente a ignorância de tal posição. Não é que as ciências sociais e as humanidades não tenham qualquer utilidade, muito pelo contrário. A verdade é que não temos instituições sólidas que canalizem o uso construtivo do tipo de conhecimento produzido pelas ciências sociais e pelas humanidades, pois vivemos num tipo de capitalismo muito selvagem, em que o privatismo emerge de maneira muito brutal e se alimenta com uma fome de ave de rapina. Nesse sentido, diríamos que vivemos numa “sociedade civil não civilizada”. Essa expressão é do jornalista Jânio de Freitas e Florestan Fernandes gostava muito de utilizá-la. Isso faz parte de nosso padrão de acumulação de capital, baseado na combinação de formas de exploração pré-capitalistas e propriamente capitalistas, e na junção de divisão racial, sexual e social do trabalho. Aliado a isso, estão sendo recriados nexos neocoloniais, pois o país passa por um processo acentuado de reprimarização e desindustrialização, atendendo aos interesses dos grandes conglomerados internacionais. Nossas riquezas foram leiloadas, a exemplo do pré-Sal, e vários postos de trabalho da Petrobrás estão ameaçados, em especial no Nordeste aqui na Bahia. Um Estado desse tipo e a economia domi-

nada por empresas com uma mentalidade tão estreita de capital comercial iriam investir em projetos de planejamento social, nos quais os cientistas sociais e outros profissionais das humanidades poderiam ser absorvidos? Essa é a lógica do pessoal que ocupa o poder executivo, é a lógica predatória do garimpo. Não me parece surpreendente que a família Bolsonaro tenha tido um passado garimpeiro. Há uma reportagem sobre isso do The Intercept_Brasil. Mas em outros nomes do governo você encontra também essa mentalidade do capital parasitário, ligados à indústria dos planos de saúde. Não era esse o caso do ex-ministro da saúde, o Mandetta, e agora do novo ministro, Nelson Teich? Ou seja, esse pessoal tem uma noção privatista do fundo público e muito patrimonialista do Estado. Então, acho que não se trata apenas de repensarmos o papel das ciências sociais, mas também de lutarmos para criar condições para o aproveitamento construtivo dessas ciências em processos participativos e democráticos de planejamento social ou de “mudanças culturais provocadas”. Não estamos falando de uma coisa nova. Havia um debate muito vivo em torno disso nas décadas de 1950 e 60. Talvez quem mais se preocupou com isso aqui no Brasil e avançou muito no plano da reflexão teórica foi Florestan Fernandes. Ele escreveu vários ensaios sobre a “sociologia aplicada”, pensando a sociologia, e evidentemente as outras ciências sociais, como uma ciência da intervenção social. De igual modo, no livro A sociologia numa era de revolução social ele debateu sobre as condições institucionais de aproveitamento do saber produzido pelo cientista social na melhoria da vida da maioria da população brasileira e ampliação dos seus níveis de participação democrática. Ele focaliza a realidade do Terceiro Mundo, dos países subdesenvolvidos da América Latina. Mas isso era uma preocupação mais geral, que podemos ver nos trabalhos de Octavio Ianni e em sociólogos argentinos. É algo que tenho recuperado com algumas leituras. Um nome muito importante para esse debate é o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. Mas, com a ditadura empresarial-militar de 64, esse tipo de reflexão parece ter se interrompido no Brasil. Passamos por uma reforma universitária que estabeleceu aqui o modelo dos departamentos e impulsionou os cursos de pós-graduação, mas dentro de uma inspiração norte-americana e com a perda do potencial crítico das ciências sociais. Essas foram fragmentadas e especializadas, abandonando em parte a perspectiva da totalidade e aderindo a valores equivocados de avaliação da produção, em termos da notoriedade internacional. Ora, a produção do conhecimento se faz por meio da cooperação internacional, mas no caso das ciências sociais, quando reduzimos o que fazemos a uma mera reprodução ou aplicação do que se produz no exterior em termos das preocupações prevalecentes nos centros culturais hegemônicos, haverá aí um grave problema de alienação intelectual, pois enxergaremos nossos dilemas políticos e históricos a partir de uma perspectiva colonizada. Não estou defendendo aqui uma sorte qualquer de nacionalismo metodológico, mas dizendo que somos capazes de produzir um tipo de conhecimento que nos seria mais

necessário se buscássemos, em alguns casos, dialogar com colegas de outras nações de capitalismo dependente, os quais enfrentam problemas semelhantes e isso não significa repudiar qualquer colaboração com os centros hegemônicos de produção cultural da Europa e Estados Unidos. Essa relação tem que ser de autonomia e igualdade. Aí eu me pergunto qual exatamente a lógica de lermos nos cursos de graduação autores como Anthony Giddens, Parsons, Bourdieu, Habermas, Luhmann etc. O que eu sinto é que esses autores, que podemos considerar fundamentais na teoria social contemporânea, estão muito distantes da realidade dos estudantes de ciências sociais brasileiros. Não estou negando a importância desses autores e, no semestre em curso, que foi interrompido pela pandemia na UFRB, estou trabalhando justamente com todos eles. No entanto, estou fazendo um esforço para discutir qual o sentido de ler tais autores no Brasil e que tipo de crítica podemos fazer a eles, a partir de nossa própria realidade social e de nossos dilemas políticos. Por outro lado, parece-me que há algo muito grave no ensino das ciências sociais no Brasil, pois perdemos os vínculos com as gerações anteriores de cientistas sociais brasileiros e desconhecemos autores fundamentais da América Latina. Por exemplo, no meu curso de graduação em Ciências Sociais só vim ler autores latino-americanos por conta própria, ao terminar o bacharelado. Quando conhecemos essa literatura nos cursos de graduação, ou sua leitura se limita costumeiramente a uma disciplina de um semestre, ou fazemos isso por conta própria. O que se mais lê são os clássicos europeus e as teorias modernas e contemporâneas produzidas nos contextos culturais dos Estados Unidos e Europa Ocidental. Por mais que tais teorias sejam importantes, elas não dão conta de nossas realidades, apenas muito aproximativamente. E, pior do que isso, no nível cultural termina se reproduzindo as mesmas relações de dependência que vemos ocorrer nos níveis político e econômico. Um exemplo bastaria para ilustrar o que pretendo argumentar: o uso da teoria da modernização na América Latina trouxe graves dificuldades para percebermos as raízes específicas de nossos dilemas sociais. Gosto muito de um texto do antropólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen, escrito em meados da década de 1960, Sete teses equivocadas sobre América Latina, em que ele aponta os erros de se aplicar mecanicamente as teorias transplantadas. No caso da teoria da modernização, a divisão estanque entre arcaico e moderno não representa de fato nossa realidade, pois vemos aqui uma combinação muito peculiar de formas arcaicas e modernas nos padrões de dominação política. Também suspeito que essa teoria não seja totalmente verdadeira nas sociedades de capitalismo central. Por fim, tentando responder diretamente à pergunta, eu diria que, para combater a ignorância bolsonarista, o primeiro passo é continuarmos fazendo nosso trabalho, como docentes e pesquisadores nas universidades, mas tentando rever as lacunas de formação que apontei. O segundo passo seria tentar aprofundar e ampliar os canais já existentes de debate com os movimentos sociais, a fim de levarmos os resultados de nossos estudos, nossos

métodos e formas de pensar, para receber um retorno crítico por parte desses movimentos e alterar nossas agendas de estudo em função das necessidades das lutas sociais e de uma formação política mais ampla, um processo de reeducação política no qual nós mesmos temos que nos incluir. Certo que estou pensando aqui na inteligência de esquerda e, se for autenticamente de esquerda, não pode ir com arrogância e querer ensinar aos movimentos sociais, mas aprender coletivamente. Um último caminho talvez seja o de aproveitar todas as oportunidades de realizar pesquisas, para órgãos públicos, que tenham como intuito servir como diagnósticos da situação para propostas de planejamento social e de transformação da vida das pessoas. Isso pode ser tentado de várias formas, em especial com alguma aproximação com órgãos de planejamento social, nacional ou internacionais, porém tendo em mente que, no caso do capitalismo dependente, teremos que lutar contra a mentalidade privatista de muitos gestores das políticas públicas e sociais.

JC: Recentemente, aqui no Brasil, vimos carreatas de empresários que exigiam que o Governo Federal interviesse nos Estados para acabar com o isolamento social para que seus trabalhadores pudessem voltar ao trabalho. Foi sintomático o fato de organizarem carreatas e não passeatas. De seus carros de luxo, a elite esbravejava contra o isolamento social. Logo em seguida, as redes sociais foram tomadas por pessoas de esquerda afirmando que o capitalismo mostrou sua face essencial: é o trabalho, e não o capital, que produz riqueza. Podemos afirmar que o marxismo está mais atual do que nunca?

Já respondi que sim numa pergunta anterior. Considero que a atualidade do marxismo está vinculada à própria existência do sistema capitalista. Enquanto esse sistema persistir, o marxismo será a filosofia do nosso tempo, para parafrasear Sartre. A questão está mais, a meu ver, no poder ideológico de conquista de consensos para o modo atual como a nossa sociedade está organizada e isso é feito de um ponto de vista liberal, ou neoliberal, de manutenção da ordem. As ciências sociais consideradas científicas são aquelas que justificam os valores da ordem existente como simples dados de fato, condições puramente objetivas de organização da vida social tratadas como realidades naturais, sujeitas a leis gerais e, por isso, ahistóricas. Na verdade, essas ciências ditas neutras e objetivas reproduzem a própria estrutura de consciência social de alienação e estranhamento do modo de produção capitalistas, do sistema capitalista, aquilo que István Mészáros chamaria de “determinações de segunda ordem”. Aliás, recomendo como leitura crítica a esse tipo de ciência social, reprodutora de ideologias de dominação, o livro *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*, de Mészáros. Ele mostra como a teoria social incorporou vários determinantes do modo de produ-

ção capitalista, limitando seus parâmetros explicativos e pressupostos epistemológicos ao ponto de vista do capital como relações sociais, jurídicas e políticas intocáveis, eternas e naturais. Penso que tais críticas de Mészáros se encaixam como uma luva no funcionalismo parsoniano, mas também nas perspectivas mais contemporâneas da teoria do sistema de Niklas Luhmann. Gostaria de lembrar que críticas desse tipo também foram feitas por Florestan Fernandes, em *A natureza sociológica da sociologia* (1980), e por Clóvis Moura, num livro pouco conhecido chamado *A sociologia posta em questão*, que foi publicado em 1977 ou 1978. O curioso é que Florestan Fernandes e Clóvis Moura assumem ambos uma perspectiva marxista de crítica das ciências sociais e os livros foram escritos na mesma época, mas eles não fazem referência ao outro. Apesar de suas formações muito distintas, eles se aproximam bastante aí e, por isso, me surgiu a ideia de investigar suas aproximações e diferenças epistemológicas. Isso seria uma homenagem também a um grande intelectual hoje pouco lembrado, que é Clóvis Moura. Esses três livros constituem, a meu ver, um debate muito denso sobre as ciências sociais, a partir de uma crítica marxista. Mas gostaria de enfatizar outra coisa presente na formulação da pergunta, que seria essa naturalidade das elites econômicas brasileiras, e as classes médias que lhes são subalternas, de flertarem com a barbárie e o fascismo. Nos anos 60 Florestan Fernandes chamava a isso de “resistência sociopática à mudança”. Essa noção sociológica do autor ainda se faz muito atual. Essa resistência tem raízes na contradição entre capital e trabalho, mas também se vincula ao mandonismo, à mentalidade colonialista e racista das elites brasileiras. Essa é uma maneira de desgastar o próprio patamar e níveis da luta de classes, de modo que os antigos padrões de dominação se articulam com as formas políticas contemporâneas do sistema capitalista. Essas formas políticas, ideológicas e jurídicas, que se amparam na suposta possibilidade de os indivíduos contratarem entre si de maneira livre, em condições de equivalência, mascaram que a produção dos valores, das riquezas, parte do trabalho, uma tese que não é de Marx, mas da própria Economia Política Clássica e que os próprios liberais escamoteiam. De modo que a economia burguesa, seja liberal ou neoliberal, não é coerente com seus próprios pontos de partida ou pressupostos. Marx já demonstrou isso e talvez aspectos da crise da pandemia tendam a tornar isso um pouco mais explícito.

JC: Por fim, quais são os pontos fundamentais que o senhor poderia elencar e explicar para indicar que o capitalismo globalizado neoliberal está realmente inserido em uma nova crise de grandes proporções? É possível afirmar isso?

Há muito tempo que vejo muita gente falar da “crise estrutural” do capital. Concordo que estamos vivendo essa crise e que ela pode alcançar amplas proporções. Mas

acho, por outro lado, que as crises não se resolvem por conta própria. O resultado da crise pode ser um fortalecimento ainda maior do sistema capitalista. Não podemos subestimar o poder da ideologia e todo o conjunto superestrutural de elaboração dessas múltiplas ideologias, como isso chega aos diferentes segmentos da população e como isso constrói consensos em torno da realidade. Por exemplo, vejo muita gente comprando o discurso de Bolsonaro e acreditando piamente que a pandemia mundial, a Covid-19, seria uma farsa montada por grupos que querem derrubar o presidente e isso penetrou na estrutura mental dessa gente; como também vejo toda história do comunismo ser recontada por sites católicos conservadores para dizer que a “liberalização sexual” se iniciou com o marxismo cultural. Sei que Hitler se interessava pela psicologia das massas por conta de seu potencial de manipulação e, parece-me, que isso hoje em dia está sendo intensivamente trabalhado pela direita em nível mundial. Acho que há elementos sim que apontem uma crise estrutural do capitalismo em nível mundial, em especial esses elementos devem ser buscados na análise do capital financeiro, mas não acredito que o socialismo seja inevitável e, sim, que devemos lutar pelo socialismo e organizar politicamente essa luta. Nada de antemão nos garante a vitória e o caminho talvez seja o de aliar essa luta política e cultural à edificação de novas práticas produtivas mais solidárias e efetivamente humanas. Não sei se poderia acrescentar novos elementos para identificar essa crise geral, globalizada, mas acho que ela possui relação com as contradições do capital financeiro, em suas várias facetas, e nas crises cada vez mais violentas que ele provoca, em termos de realização do capital e de reprodução ampliada com base na destruição do próprio capital. Hoje temos graves problemas ambientais de proporção mundial porque o capital precisa destruir a natureza para se reproduzir em escada ampliada e isso cria graves consequências sociais, pois esquecemos que somos parte integrante da própria natureza. Acho que esse talvez seja um elemento que me tenha faltado mencionar. No mais, agradeço por terem me enviado essas perguntas e elas me fizeram refletir bastante.

Adendo à entrevista:

Enquanto já tinha iniciado a responder às perguntas, o conflito entre o ex-juiz Sérgio Moro, agora ex-ministro da justiça, e o presidente Jair Bolsonaro tinha se exacerbado. Nesse sentido, incluí rápidas menções ao acontecimento, o qual ainda se desenvolvia e não tinha chegado a seu desfecho, nas respostas que já estavam prontas. Hoje, dia 24/04/2020, se concretiza a demissão de Moro e isso explicita uma fratura irreversível no bloco de poder do regime bolsonarista. Não há dúvidas de que, se o bolsonarismo vier a se consolidar, estaremos diante de uma ditadura de caráter fascista aberto. Mas isso se torna mais difícil com a saída de Moro, pois explicita uma divisão muito mais profunda

entre as classes dominantes. A meu ver, os ex-ministros da justiça e da saúde, Moro e Mandetta, estão aliviados de terem pulado do barco antes de afundar. Ambos saem do governo alardeados como heróis e como homens públicos corretos, como parece estar sendo vendido por certos setores da mídia televisiva. No entanto, não devemos esquecer que ambos representam o conservadorismo e o reacionarismo nas instituições brasileiras, tendo sido uma das façanhas de Sérgio Moro, na condição anterior de juiz, o esfacelamento de várias das prerrogativas jurídicas do chamado Estado democrático de direito. Foi igualmente na condição de juiz da Lava-Jato que Moro atuou como acusador, atuando como chefe da equipe de procuradores e violando o devido processo legal, ao anular a validade de provas favoráveis à defesa de Lula e condenando sem prova material devidamente estabelecida. Sabemos que o Direito, como instituição, resguarda os interesses fundamentais do capital como forma de exploração. Mas, mesmo assim, Moro foi muito além da própria legalidade burguesa. Por outro lado, houve ao longo de seu mandato como ministro uma notória blindagem da família Bolsonaro e dos escândalos de corrupção que a envolvem, sem falar das suspeitas de envolvimento no assassinato político da vereadora carioca pelo PSOL, Marielle Franco. Ao lado disso, a Polícia Federal passou a investigar as movimentações financeiras do jornalista Glenn Greenwald, logo após o escândalo da Vaza-Jato, evidenciando seu uso como polícia política, já que beneficiava direta ou indiretamente um agente de Estado. O episódio de hoje, entretanto, torna mais plausível a hipótese de um futuro impeachment de Bolsonaro, já que setores da direita poderão, por conta de seus conflitos intestinos, aderirem a essa reivindicação. Isso reforça o que respondi da necessidade urgente de se retirar Bolsonaro, mas não há motivos para qualquer otimismo, pois alijá-lo da cadeira da presidência não significa a derrota da “autocracia burguesa” e do seu monopólio de classe do poder e tudo indica que setores da mídia golpista, no caso a Globo, irá se dedicar agora a viabilizar o nome de Moro como provável candidato das direitas às eleições presidenciais de 2022. Moro possui uma formação ideológica de direita que o vincula à fascistização do judiciário e sua transformação num instrumento de perseguição política de partidos identificados com a esquerda. No entanto, a possibilidade do impeachment existe, mas tudo irá depender da capacidade de Bolsonaro de cooptar o Centrão e do respaldo da sua ala militar. Podemos sair da possibilidade de uma solução fascista, agora talvez mais remota, e cair na velha tradição da “democracia forte”, tutelada pelos militares, como foi no começo da Nova República. Uma saída popular e democrática só será possível quando nós, trabalhadoras e trabalhadores, e as massas populares, assumirmos uma posição anticapitalista, nos organizarmos coletivamente e deixarmos de ser meros espectadores distantes da farsa parlamentar dos donos do poder. Não quero desmerecer, de modo algum, as combativas e combativos deputados e senadores de esquerda, que muitas vezes representam nossa única barreira para os absurdos da política brasileira atual, mas sem uma base social

de massas, democrática e anticapitalista, não iremos a lugar nenhum. A via eleitoral, dentro de uma perspectiva socialista, nunca foi por si só suficiente. A ela devemos reforçar a pressão democrática das massas e das classes trabalhadoras.